

# ETNOCARTOGRAFIA DA PESCA NAS TERRAS INDÍGENAS KAXINAWÁ DO MUNICÍPIO DE JORDÃO – ACRE – BRASIL

*Ethnocartography of fishing in the Kaxinawá Indigenous Lands of the municipality of Jordão – Acre – Brazil*

*Etnocartografía de la pesca en las Tierras Indígenas Kaxinawá del municipio de Jordão – Acre – Brasil*



**Renato Antonio Gavazzi** 

Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre)

E-mail: [regazzi31@yahoo.com.br](mailto:regazzi31@yahoo.com.br)

## Histórico do artigo

Recebido: 16 junho, 2025  
Aceito: 02 setembro, 2025  
Publicado: 06 outubro, 2025

## RESUMO

A experiência aqui relatada refere-se às oficinas de etnografia realizadas entre 2004 e 2016 em 13 Terras Indígenas (TIs) localizadas no Alto Juruá e Alto Purus, na faixa de fronteira internacional entre o Acre (Brasil) e Ucayali/Madre de Dios (Peru). Neste caso específico, o artigo trata do mapeamento das zonas de pesca realizado em 2005 nas três Terras Indígenas Kaxinawá localizadas no município de Jordão. As oficinas de etnomapeamento têm como objetivo subsidiar processos comunitários de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Estado do Acre. Caracterizam-se especificamente por ações de pesquisa e diagnósticos socioambientais realizados pelos próprios povos indígenas sobre os recursos naturais e culturais pertinentes às comunidades. Essas ações são desenvolvidas por meio de ações políticas e educativas que resultam na criação de mapas temáticos e na sistematização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

**Palavras-chave:** Etnomapeamento; Huni Kuï; Pesca; Amazônia; Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

## ABSTRACT

The experience reported here refers to ethnography workshops held between 2004 and 2016 across 13 Indigenous Lands (ILs) located in the Upper Juruá and Upper Purus regions, along the international border between Acre, Brazil and Ucayali and Madre de Dios, Peru. Specifically, this article focuses on the mapping of fishing grounds conducted in 2005 within the three Kaxinawá Indigenous Lands located in the municipality of Jordão. The purpose of the ethnography workshops is to support community-based territorial and environmental management processes for Indigenous lands in the State of Acre. They are specifically characterized by research and socio-environmental assessments carried out Indigenous peoples themselves on the natural and cultural resources relevant to the communities. They are developed through political and educational

activities that result in the creation of thematic maps and the systematization of Territorial and Environmental Management Plans.

**Keywords:** Ethnocartography; Huni Kuĩ; Fishing; Amazonia; Territorial and Environmental Management Plans.

## RESUMEN

La experiencia aquí relatada se refiere a los talleres de etnocartografía realizados entre los años 2004 y 2016 en 13 Tierras Indígenas (TI) ubicadas en el Alto Juruá y Alto Purus en la franja de frontera internacional entre Acre (Brasil) y Ucayali/Madre de Dios (Perú). En este caso específico, el artículo trata del mapeo de zonas de pesca realizado en 2005 en las tres Tierras Indígenas Kaxinawá ubicadas en el municipio de Jordão. Los talleres de etnocartografía tienen como finalidad apoyar los procesos comunitarios de gestión territorial y ambiental de las Tierras Indígenas del Estado de Acre. Se caracterizan específicamente por acciones de investigación y diagnósticos socioambientales realizados por los propios pueblos indígenas sobre los recursos naturales y culturales relevantes para las comunidades. Estas acciones se desarrollan a través de actividades político-educativas que resultan en la creación de mapas temáticos y la sistematización de Planes de Gestión Territorial y Ambiental.

**Palabras clave:** Etnocartografía; Huni Kuĩ; Pesca; Amazonia; Planes de Gestión Territorial y Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

A experiência aqui apresentada refere-se às oficinas de etnocartografia realizados entre junho e novembro de 2005 nas três Terras Indígenas Kaxinawá contíguas (Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência) do povo indígena Huni Kuĩ, localizadas na região do Alto Rio Juruá, no município de Jordão, no sudoeste do estado do Acre, na fronteira entre o Brasil e o Peru.

As oficinas de ações políticas e educativas realizadas nas comunidades indígenas reúnem um número significativo de representantes desses grupos para debater os conflitos e avanços relacionados à gestão territorial e ambiental de suas terras. Seu objetivo é apoiar os processos comunitários de gestão territorial em andamento nas Terras Indígenas localizadas na faixa de fronteira entre o Brasil e o Peru.

O artigo apresenta uma história etnográfica das concepções de espaço e das configurações territoriais por meio da cartografia participativa realizada pelo povo Huni Kuĩ. A cartografia indígena, como uma 'forma de conhecimento local' (Harley, 2005, p. 211), tem expressado diferentes maneiras de mapear a experiência do espaço e do tempo, sendo esses 'diálogos irredutíveis ao conhecimento cartográfico ocidental' (Bolaños, 2023, p. 12).

Os mapas indígenas expressam formas de uso, deslocamentos, temporalidades, culturalidades e interculturalidades. Realizados por mãos indígenas, de povo em povo, oferecem indícios bastante precisos sobre acordos comunitários e intercomunitários, assim como sobre o espaço e o tempo relativos a zonas de pesca e caça, poços e lagos, rios e igarapés, moradias atuais e antigas, roçados e florestas, cemitérios, argila para cerâmica, presença de espíritos e encantados, palmeiras, frutos e outros elementos fundamentais para o uso, manejo e conservação dos recursos naturais e agroflorestais desses territórios (Freschi, 2004, p. 20).

Em projetos educativos desenvolvidos ao longo das últimas quatro décadas pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre), organização não governamental (ONG) que, junto com associações e diversos povos indígenas do Acre (Brasil), vem utilizando a Cartografia Indígena como um meio fundamental para a gestão de seus territórios.

O mapeamento dos recursos naturais e agroflorestais, dos conflitos socioambientais, da rica toponímia dos lugares, das características fisiográficas, dos elementos históricos e culturais e de muitos outros aspectos da paisagem e da vida, com a participação efetiva das populações indígenas, tem se tornado uma poderosa ferramenta para a implementação da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas (Gavazzi, 2012, p. 15; 2018, p. 111).

A produção de mapas mentais e georreferenciados gerados no âmbito desses projetos incorpora o vasto conhecimento e a profunda consciência que os povos indígenas têm de suas terras e de seu entorno. Sem dúvida, existe a necessidade de visualizar o território indígena, transferindo para o papel uma percepção e um conhecimento profundos do espaço. Para Warren (2004, *apud* Cobertt, 2009, p. 4), “os mapas são algo mais do que papel. São narrativas, conversas, vidas e canções vividas em um lugar, e são inseparáveis dos contextos políticos e culturais em que são utilizados”. Para Woodward e Lewis (1998, p. 1), os mapas, como representações do mundo geográfico, têm sido desenvolvidos e defendidos a partir de três perspectivas: “o mapa como sistema cognitivo, o mapa como cultura material e o mapa como sistema cultural”.

**Figura 01** – A esquerda - Agente agroflorestal José Rodrigues em atividade de mapeamento. Foto: elaborada por Gavazzi, 2005. **Figura 02** A direita – Mapeamento das áreas de pesca da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão. Foto: elaborada por Gavazzi, 2005



**Fonte:** Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre

Este trabalho está profundamente vinculado à formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs) e professores indígenas. Seu objetivo principal é oferecer respostas ao problema da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Acre, assim como ao cenário de conflitos vividos por alguns povos indígenas devido à invasão de suas terras e ao saque dos recursos naturais. O estudo se contextualiza na região de fronteira entre Brasil e Peru, uma área caracterizada por um amplo mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação com uma extensão de 7,7 milhões de hectares, o que representa 46% da superfície total do estado do Acre.

## 2 O MAPA DE PESCA E A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Antes do contato com os *nawa* (não indígena), os Huni Kuĩ<sup>1</sup> (também conhecidos como Kaxinawá), da Amazônia ocidental brasileira, viviam em terra firme nas cabeceiras de pequenos igarapés, e a pesca era considerada uma atividade secundária em comparação com a agricultura e a caça. Atualmente, sua contribuição como fonte alimentar para os grupos familiares Huni Kuĩ tem uma importância fundamental. Devido à escassez de animais de caça nas Terras Indígenas Kaxinawá do município de Jordão, o pescado

<sup>1</sup> Os Kaxinawá se chamam a si mesmos de Huni Kuĩ (Povo Verdadeiro).

passou a ser um alimento tão valorizado quanto a carne de caça (Aquino e Iglesias, 1994, p. 118).

A maioria das técnicas de pesca são atividades exclusivamente masculinas, mas algumas mulheres também pescam com anzol e linha quando seus maridos realizam outras tarefas ou estão em viagem. Portanto, a pesca é praticada por indígenas de ambos os sexos, adultos e crianças. Pode ser uma atividade coletiva ou individual, dependendo da técnica utilizada. Para isso, eles empregam flechas, zagaias, arpões, tarrafas, bicheiros, máscaras de mergulho, linhas de *náilon* com anzol e até armas de fogo — embora estas últimas sejam usadas atualmente com pouca frequência. A pesca com anzol era praticada tradicionalmente pelos Huni Kuĩ, mesmo antes do contato com os não indígenas. O “anzol era cortado da união do cíbito e do rádio do tatu, e a linha feita de envira” (Lagrou, 1991, p. 70).

Para capturar peixes, um hábito cultural antigo e enraizado dos povos indígenas da América do Sul (Heizer, 1987, p. 95), são utilizados diversos venenos vegetais, extraídos de folhas, raízes ou seiva de plantas conhecidas como tingui, que envenenam ou asfixiam os peixes, facilitando sua captura. O veneno mais utilizado é o *puikama*, um arbusto cultivado nas roças de terra firme, cujas folhas e flores são colhidas pelas mulheres, enquanto os homens as esmagam em um pilão feito em um buraco na terra até formar uma pasta. Dessa pasta são elaboradas bolas (*tunku*) com peso entre meio quilo e um quilo, que são armazenadas em bolsas impermeáveis de borracha (encauchado: tecido vulcanizado com látex, utilizado por povos indígenas e comunidades extrativistas da Amazônia) ou em cestos cobertos com folhas de bananeira ou de sororoca (*Phenakospermum guyannense*) (Lagrou, 1991, p. 70). As bolas de *puikama* são utilizadas nos poços dos rios Jordão e Tarauacá, assim como nos igarapés e afluentes. Elas se dissolvem na água e o veneno age rapidamente, fazendo com que os peixes saltem e venham à superfície.

Essa pesca coletiva é motivo de grande alegria, pois idosos, mulheres e crianças participam com entusiasmo para agarrar os peixes com as mãos ou fisgá-los quando possuem espinhos, como o mandim e outros. "É preciso ter cuidado, mandim mole, e mandinzão mesmo pintado, bico de pato, piranha. Piranha até tira pedaço, tem que ter cuidado pra pegar" (Agostinho, In: Tavares, 2005). Segundo Lagrou (1991, p. 70), o *puikama* não mata os peixes, apenas "os intoxica e, após uma hora, seu efeito desaparece". A pesca é praticada durante todo o ano, embora seja mais popular no verão, quando as

água estão baixas, limpas e claras, época em que os peixes sobem os rios para desovar e estão mais gordos e saborosos (Gavazzi, 2012, p. 219).

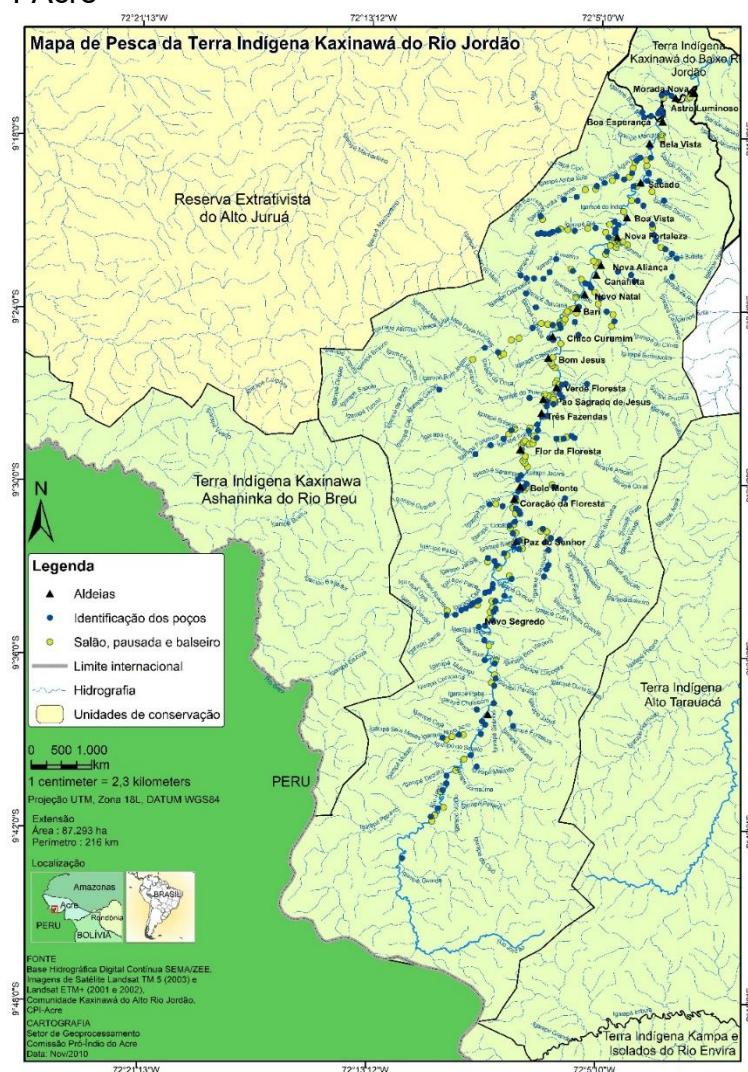
Os debates em torno da cartografia da pesca se concentraram nas diversas técnicas de pesca utilizadas, na distribuição e na situação atual desse recurso em cada Terra Indígena, assim como nos ambientes favoráveis para a pesca, na gestão tradicional e nas normas de uso. Os mapas de pesca identificam os lugares onde os peixes se concentram e, consequentemente, os locais apropriados para pescar, como os poços, os salões; as pausadas e as árvores caídas no rio, cujas grandes raízes ficam presas no leito.

Também são destacados os balseiros: troncos de árvores arrastados pelo rio durante a temporada de chuvas, que se acumulam e, por vezes, formam verdadeiras balsas. Esses troncos são transportados pelas águas que erodem as margens cobertas por florestas, lagos, igarapés e as áreas mais propícias para a pesca, normalmente situadas nas cabeceiras dos rios. Segundo Aquino (1996, p. 2), os Huni Kuĩ classificam os peixes (*baka*) em "três categorias: peixes com escamas (*baka shakaia*), peixes de couro (*baka bitxia*) e peixes com espolão (*baka mushaia*)", e também costumam classificá-los segundo seu habitat."

O mapa de pesca mostra os principais poços dos rios e igarapés (Figura 03). Os poços são ambientes profundos onde os peixes gostam de viver e são consideradas boas áreas para a pesca. No mapa de pesca das três Terras Indígenas, foram identificados e mapeados 179 poços, 14 balseiros, 35 pausadas e 90 salões. Ao mapear os poços, os participantes também identificam o nome de cada uma. Geralmente, os nomes estão identificados na língua indígena, e quando aparecem em português, costumam ser simples traduções. Para Pearce e Louis (2008, p. 108), "o conhecimento cultural indígena é processual, situado e incorporado à paisagem por meio de nomes de lugares e histórias expressas nos significados, conexões, e nas inter-relações desses topônimos".

Para os Huni Kuĩ, os poços são construídos e mantidos por animais conhecidos como "feras dos poços", como jacarés, cobras grandes e araias. A presença dessas "feras" nos poços é entendida por este povo como um aspecto fundamental para evitar que os poços se obstruam, já que são esses animais que as cuidam e realizam o manejo. Sua presença é considerada um indicativo da abundância de peixes e das condições necessárias para mantê-lo. Nesse sentido, a gestão dos peixes está diretamente relacionada à gestão das grandes serpentes, jacarés e raias.

**Figura 03** – Mapa de Pesca que identifica os poços pesqueiras da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - CPI-Acre



**Fonte:** Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre, 2005

(...) Como a gente tá manejando, a gente quer que esses bichos voltem. Meu pai me falou que um dia ainda vai voltar o que tinha antigamente. Às vezes, quando a cobra chega, ela já sabe onde ela morava. Ele disse que ela vai chegar e vai fazer os poços. Disse que é a cobra que faz os poços — quando ela chega, ela faz. Ele falou que ela abre o buraco onde ela morava antes. Ele já me falou isso. Disse que, se isso acontecer, vai chegar muito peixe. Quando ela volta, tudo volta também. Ele falou que a cobra grande é meio yuxí (espírito dos seres animados e inanimados presentes na floresta). Meu pai conta isso. Onde tem cobra, tem tudo. Vem tudo. (...) Porque, pros peixes, a cobra é considerada o pai dos peixes. Aí os peixes vêm, porque ela gosta. Como a gente tá manejando, a gente quer que esses bichos voltem. (...). Às vezes, quando a cobra chegava, ela já sabia pra onde ela ia, onde ela morava. (...). Se a gente não tivesse mexido com esses peixes todos que tão aqui agora, ele disse que ia voltar tudo — tracajá, tudo — ia chegar. Aí é isso que a gente tava falando: já tá tendo tracajá. Em todas as aldeias tão falando. Disseram que já tá tendo. E, pelo que eu tô vendo, só falta o peixe voltar nesse poço que tinha antes. Esse ainda não chegou.

Agora o tracajá tá começando a voltar. (...). (AAFI Lucas Sales Huni Kuĩ, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

O mapeamento facilitou a comunicação de informações espaciais, culturais e socioambientais sobre as Terras Indígenas, e foi considerado pelos participantes como um momento de aprendizagem. Muitos aspectos relacionados com a geografia, a história e a cultura do território, que nem todos conheciam, foram compartilhados, o que contribuiu para igualar as condições de acesso à informação sobre as Terras Indígenas.

### 3 PIRACEMA: A VIAGEM DOS PEIXES PELO RIO

Piracema, palavra de origem tupi, significa "saída de peixes". Os Huni Kuĩ afirmam que os peixes viajam durante a piracema, um fenômeno que ocorre todos os anos, coincidindo com o período estival, quando algumas espécies de peixes sobem para as cabeceiras dos rios, nadando contra a corrente para desovar e se reproduzir. A piracema é considerada um evento essencial para preservar a riqueza pesqueira dos rios, igarapés e lagos. Para os Huni Kuĩ, nem todos os peixes participam da piracema, e quando o fazem, cada espécie sobe separadamente.

Um tema controverso durante a construção do mapa de pesca foi a drástica redução do fenômeno da piracema devido às práticas de pesca realizadas fora das Terras Indígenas, muitas vezes de forma ilegal. Os peixes são capturados por moradores que vivem nos arredores das Terras Indígenas e ao longo das margens dos rios, por meio de pesca predatória, assim como por pescadores comerciais que atuam ao longo dos rios com fins de venda, impedindo que os peixes cheguem às cabeceiras para se reproduzirem.

Esse tema foi recorrente nas oficinas, onde foi apontado como um problema grave que afeta a situação da pesca. Uma das estratégias adotadas pelos Huni Kuĩ para exercer certo controle sobre os rios e, portanto, sobre as águas e os peixes, foi incluir em seu plano de gestão a criação de um comitê de bacia hidrográfica: um fórum de tomada de decisões dentro de cada bacia hidrográfica com a participação de usuários, municípios, sociedade civil organizada e outras "esferas de governo (estadual e federal), destinado a atuar como parlamento da água da bacia" (Brasil, 2011, p. 63). No entanto, os Huni Kuĩ enfrentaram grandes dificuldades para colocar em prática esse comitê.

Na época da piracema, no Baixo Rio Jordão, tem muita gente que usa malhadeira, e aí não sobe muito peixe aqui pra nossa área, porque diminui

bastante. Lá tem muitos pescadores profissionais que moram embaixo do Jordão, embaixo do Tarauacá, e eles também não deixam subir muito peixe. No mês de setembro e no mês de outubro aparece só piaba, piau, alguns poucos surubins e poucos peixes de couro. (AAFI Josias Maná, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

Quanto aos peixes grandes, foi informado que algumas espécies estão cada vez mais escassas, como o jundiaçu, a pirapitinga e o caparari, e que já não são observados nas áreas de pesca. Os indígenas apontaram que o matrinxã, o jundiá, o jundiaçu, o surubim, o caparari e outros peixes praticamente já não aparecem nas Terras Indígenas: o mesmo ocorre com os tracajás e os jacarés.

Peixe grande que a gente ainda encontra agora é só o surubim, o jundiá e o curimatã. Mas são só alguns, não são muitos. Matrinxã não se encontra mais. Caparari, só alguns que o pescador deixou, e que eles vão subindo. (AAFI Josias Maná, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

#### 4 O LAGO, LUGAR DE PESCA DURANTE TODO O ANO

Os lagos são ambientes onde se pode pescar durante todo o ano, tanto no inverno quanto no verão, pois suas águas são tranquilas e limpas. Muitos dos peixes mapeados foram classificados como espécies que preferem habitar rios, igarapés e lagos. Alguns peixes lacustres raramente são encontrados nos rios: os peixes que habitam os igarapés incluem: piabinha, piaba chata, bode preto, cará, subaru, " camarão " e "siri". Nas águas dos rios encontram-se sarapó, agulha, jundiá, surubim, curimatã, praiana, mandi, candiru, arraia e dourado. Nos lagos, destacam-se pirarucu, piranha, pacu, traíra e bode seringueiro (Resende e Gavazzi, 1992, p. 23).

No mapa de pesca, foram identificados os lagos que estão fechados pela vegetação e não são utilizados para pescar devido à dificuldade de acesso. Em contrapartida, os lagos abertos são os que apresentam maior abundância de peixes. Todos os lagos foram registrados com seus respectivos nomes, a grande maioria em língua indígena: "Agora a gente tá com essas ideias novas, junto com esse mapeamento, dando nome pros poços, varações, áreas de refúgio, e pras áreas de ervas que são as mais poderosas." (Agostinho Muru, In: Tavares, 2005).

Em algumas terras foi identificado o tipo de manejo utilizado em cada lago. Na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão foram mapeados 27 lagos, das quais seis estão fechadas pela vegetação, o que dificulta seu uso, e uma se seca durante o verão. No Baixo Jordão,



foram identificados apenas seis lagos, e no Seringal Independência, três, sendo um deles fechado. Os igapós, zonas inundadas da Amazônia com vegetação adaptada aos períodos de inundação, que abrigam uma grande variedade de peixes, não foram mapeados.

## 5 USO E GESTÃO DO TINGUI

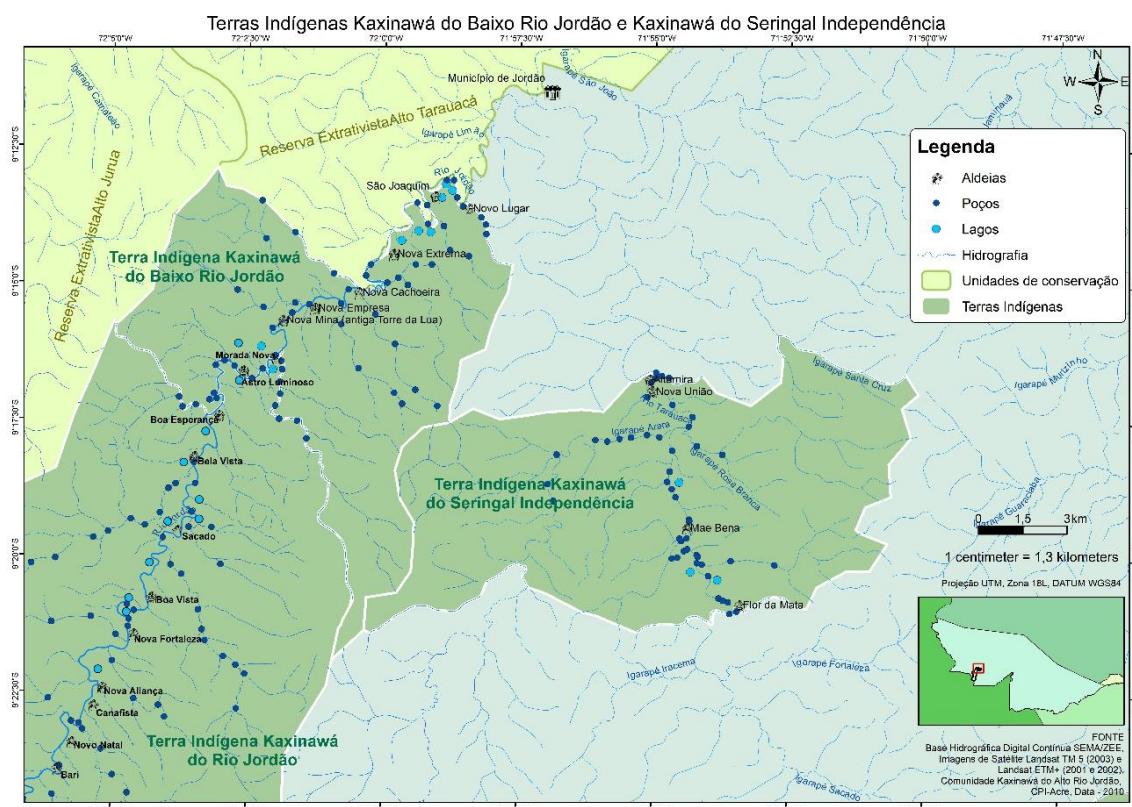
Outro tema muito debatido durante as atividades de mapeamento da pesca foi o uso de “vários tipos de venenos conhecidos regionalmente como tingui, cultivados tanto nas roças quanto nos quintais das casas ou até mesmo coletados na floresta (Aquino e Iglesias, 1994, p. 121).

A pesca com tingui, uma prática tradicional realizada no verão, quando as águas estão baixas e limpas, é geralmente uma atividade coletiva, na qual participa um grande número de pessoas, entre homens, mulheres e crianças. No caso dos Huni Kuí, quando se reúne uma grande quantidade de pessoas, a tinguizada é uma verdadeira festa: um acontecimento cultural e social que reúne todos às margens do rio ou igarapé para pescar alimentos. Posteriormente, o resultado da pesca é dividido e todos comem juntos, os homens de um lado e as mulheres de outro, conforme o costume Huni Kuí.

Com a chegada da frente extrativista na Amazônia e a exploração da borracha entre o final do século XIX e início do século XX, inicia-se um processo de ocupação da floresta por empresas de borracha, seringueiros peruanos e do nordeste do Brasil, gerando novas relações produtivas, violência, temores e incertezas para os Huni Kuí (Ramalho, Sena, p. 78). Foi um período que os indígenas chamam de “tempo do cativeiro”, marcado pela exploração da força de trabalho e inúmeras injustiças, onde quase tudo era proibido pelos patrões da borracha. O único trabalho permitido era cortar a seringueira e fazer bolas de látex defumado.

Os patrões da borracha utilizaram medidas cruéis e um sistema de escravidão para aumentar seus lucros, proibindo os indígenas de usar o tingui em suas jornadas de pesca, alegando que ele matava os peixes, envenenava a água e causava doenças. Segundo Lucas Kaxinawá (In: Gavazzi e Freschi, 2005), “Antigamente, meu pai dizia que aqui andava policial arrancando os tinguis quase todo dia. Os patrões chamavam, eles iam lá e arrancavam os tinguis. Não tinha nem como plantar mais, era assim, bem difícil.”

**Figura 04 – Mapa de Pesca que identifica os poços pesqueiros das Terras Indígenas Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência - CPI-Acre**



**Fonte:** Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre, 2005

Nos anos 80, com a demarcação das Terras Indígenas e a retirada dos patrões da borracha, os Huni Kuĩ recuperaram a liberdade e a autonomia para viver de acordo com seus costumes e tradições, e o uso do tingui foi novamente autorizado.

Nas atividades de etnomapeamento, ficou evidente a preocupação em encontrar formas de utilizar a prática tradicional do tingui sem prejudicar os peixes. Segundo o AAIFI Vanderlon, sua comunidade utiliza um máximo de 20 e um mínimo de 15 bolas de tingui. “Combinamos com minha comunidade fazer sempre assim. Mas a partir de agora já estamos fazendo esse etnomapeamento e em todos esses poços vamos fazer um plano de uso, tem que manejar bem pra não destruir tudo”.

De acordo com os testemunhos dos indígenas, o uso indiscriminado do tingui causou impactos negativos no meio ambiente, pois afasta e mata um grande número de peixes. A partir desse problema, os participantes discutiram como as comunidades poderiam organizar o uso do tingui, evitando a escassez de peixes e sem prejudicar as criaturas aquáticas. As três Terras Indígenas concordaram unanimemente em não utilizar

o tingui em águas paradas, como os lagos. Outras Terras Indígenas decidiram não usar tingui em todos os poços e reduzir seu cultivo, sem, no entanto, perder as sementes.

(...) Os peixes, no tempo da piracema, se a gente mariscar e colocar tingui, a gente vai acabar com tudo. Porque os peixes não vêm todo ano. Esses que só vêm de baixo, se a gente pegar todos, vai acabar de uma vez. Então é por isso que a gente quer preservar os nossos poços, e também deixar de colocar tingui e outras coisas. Às vezes a gente tem dois, três poços na aldeia, então vamos deixar pelo menos um reservado, pra que os peixes possam ficar. Talvez a gente possa usar pelo menos um. É assim que a gente tá pensando, e estamos fazendo esse trabalho. E no igarapé também é a mesma coisa. Porque tem poço que é difícil de faltar peixe. Em todo igarapé, cada pessoa conhece bem. Até onde a gente anda tem piaba e outros peixinhos miúdos. E foi isso que a gente marcou no mapa. (AAFI Lucas Sales Kaxinawá, In: Gavazzi e Freschi, 2005)

## 6 - MATA CILIAR

As causas da desflorestação das matas ciliares em Terras Indígenas foram amplamente debatidas entre os participantes nas atividades de cartografia. Uma das causas apontadas foi a mudança dos grupos familiares que costumavam viver no centro para as margens do rio Jordão. Com a abertura das aldeias nas margens, as matas ciliares foram desmatadas e transformadas em centros populacionais. Algumas famílias Huni Kuĩ que anteriormente cultivavam suas roças em terra firme (*bai kuĩ*), deixaram de fazê-lo e começaram a estabelecer suas plantações nas margens do rio, junto com plantações de bananais e pastagens.

Como resultado, as matas ciliares foram derrubadas, o que provocou a erosão das margens do rio e deslizamentos de terra, ocasionando a sedimentação tanto do rio quanto dos poços pesqueiros. Durante a oficina, discutiu-se a necessidade de preservar todas as matas ciliares, não apenas dos rios, mas também dos igarapés, lagos e fontes. “A mata ciliar não adianta só no rio Jordão, tem que pensar nos igarapés, olhos d’água, lagos. Todas são matas ciliares. Então, a gente tem que pensar nisso também. Não é só no rio Jordão, temos que pensar nos igarapés e nos nossos poços.” (Edson Ixã, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

Hoje em dia, esse nosso rio tá com dificuldade de ter mata ciliar. Só tem em alguns cantos. Lá pra cima ainda tem, mas mais pra baixo é difícil ter mata ciliar, tem só capoeira. E outra coisa: esse pasto, que o pessoal tá criando gado em cada aldeia... Não é em todas as aldeias, só em seis que o pessoal tá criando gado. E se a gente não pensar nisso, sobre a nossa

preservação, se em cada aldeia a gente começar a comprar gado pra criar e fizer pasto muito grande, daqui a pouco a nossa terra, esse nosso rio Jordão, vai virar só campo na beira do rio. Não adianta fazer isso. A gente tem que pensar. Não adianta destruir mais a nossa terra com pasto. É importante pensar no nosso futuro. Não adianta pensar só no hoje, no amanhã ou depois de amanhã. A gente tem que pensar pra 15, 100 anos daqui pra frente (Edson Ixã, In: Gavazzi e Freschi).

Os agentes agroflorestais são as pessoas responsáveis, dentro das Terras Indígenas, por dialogar com as comunidades sobre formas de preservar essas florestas. Eles organizam reuniões para recomendar às comunidades que evitem plantar suas roças, bananeiras e pastagens nas margens dos rios e igarapés. “Pra preservar as matas ciliares, quando eu fiquei com a responsabilidade de coordenar os agentes agroflorestais, eu andava — no máximo — três dias a pé, chegava nas aldeias e repassava pra todas as comunidades que não podia derrubar a mata na beira do rio” (AAFI Josias Mana, In: Gavazzi e Freschi, 2005). A preservação das matas ciliares está relacionada à melhoria da pesca, pois esses ecossistemas fornecem folhas, frutos e sementes, além de insetos que, ao cair nos rios, alimentam os peixes e outros organismos aquáticos.

Vou falar um pouco sobre a mata ciliar. A gente já tá trabalhando bastante, desde o começo, com o plano da mata ciliar. É muito importante, e agora a gente tá vendo isso. Eu já tô observando, conversando junto com a comunidade, junto com os representantes que estão aqui. Então, pelo menos na minha aldeia, a gente tá vendo bastante. A gente sabe que a mata ciliar é muito importante. A gente tá percebendo que, na beira do rio, onde ainda tem mata ciliar, tem fruta. Eu conheço quatro lugares onde os peixes iam se alimentar, que é onde caem frutas na água. Acho que ali dá pra encontrar todas as variedades de peixe. Onde tem fruta caindo na água, você vê: tanto curimatã, piau, muito peixe mesmo. Isso é importante pra gente decidir sobre a mata ciliar. (AAFI Francisco Roseno Sabino, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

Durante as atividades de mapeamento, o problema da derrubada das matas ciliares levou os indígenas a refletirem coletivamente sobre suas próprias estratégias de proteção e conservação dessas florestas. Na sistematização do plano de gestão durante as oficinas de etnomapeamento, os Huni Kuĩ estabeleceram normas de uso do solo e decidiram conservar as matas ciliares para proteger a água, os peixes e evitar o assoreamento dos rios, poços, lagos e igarapés. Decidiram deixar “50 metros de floresta nas margens dos rios, igarapés, lagos e igapós” (Gavazzi e Ramalho, 2012, p. 64).

Os planos de gestão são ferramentas fundamentais que contribuíram para a proteção, o controle territorial e a garantia da sustentabilidade social e ambiental dos povos indígenas que habitam diversas terras do estado do Acre. Esses planos representam

compromissos assumidos pelas próprias comunidades, que os consideram prioritários para as ações a serem desenvolvidas em seus territórios, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, respeitando a cultura e a especificidade de cada povo.

Muitos dos acordos estabelecidos nesses planos já foram implementados pelos povos indígenas, especialmente aqueles relacionados com o uso, manejo e conservação dos recursos naturais e a agroflorestação (Gavazzi, 2008, 2011, p. 244, 2018, p. 112, 2021, p. 23, Gavazzi e Almeida, 2010, p. 225).

## 7 GESTÃO E REGULAMENTAÇÃO DO USO DA PESCA

As zonas de refúgio marcadas nos mapas de caça são também entendidas como zonas de proteção da fauna aquática. Em algumas terras, as áreas de refúgio já existiam antes mesmo das atividades cartográficas, enquanto outras foram criadas como resultado das discussões entre os participantes. O consenso das comunidades, expresso nos acordos para a proteção da pesca e sua gestão dentro das Terras Indígenas, foi alcançado graças à sistematização dos planos de gestão.

O mapeamento da pesca ajudou a gerar discussões sobre as preocupações em relação aos problemas e às experiências positivas de gestão em cada Terra Indígena. O mapeamento contribuiu para fortalecer as discussões realizadas dentro das comunidades sobre a situação atual dos recursos pesqueiros, aumentando o poder coletivo para refletir sobre os problemas locais e regionais, além de aumentar a capacidade de proteger e gerir suas terras e ambientes. A construção do mapa pesqueiro ajudou as comunidades indígenas a avaliar suas circunstâncias atuais para poder desenvolver estratégias futuras de gestão dos recursos pesqueiros.

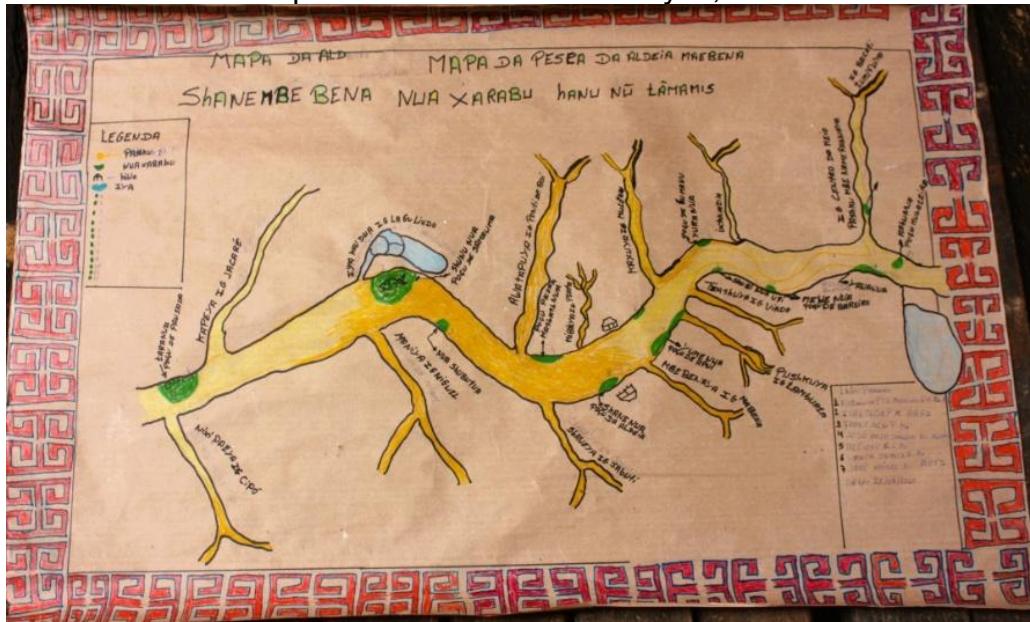
Nesse sentido, os planos de gestão visam diversas formas de utilizar, gerir e conservar os recursos pesqueiros. "Acho que agora todo mundo vai se conscientizar, vamos deixar alguns anos sem pescar com tingui no poço para que possamos ver o resultado" (Prof. Edson Ixã Huni Kuĩ, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

Conscientes do perigo da pesca predatória, da relação que outros animais têm com os peixes e do problema da contaminação da água pelo uso do tingui, que provoca a escassez de peixes, os Huni Kuĩ se preocupam com a gestão sustentável dos recursos naturais de suas terras e do seu entorno, incluindo os recursos hídricos e pesqueiros. Os diálogos e reflexões nas oficinas para construir o mapa pesqueiro ajudaram a sistematizar os acordos coletivos. Foram proibidos os equipamentos considerados predatórios e foi



introduzido o controle sobre o uso do tingui, estabelecendo normas sobre o uso, gestão e conservação desses recursos aquáticos no Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

**Figura 05** – Mapa de pesca da aldeia de *Mae Bane - Shanembe bena nua xarabu hanu nü tāmamis* - na legenda indígena, a água é de cor amarela - TI Kaxinawá Seringal Independência - foto Victor Reyes, 2005.



**Fonte:** Comissão Pró-Indígenas do Acre – CPI-Acre

Através da discussão sobre a situação de alguns dos peixes mais raros, principalmente os grandes peixes de couro como jundiá, surubim, caparari, além de tracajás e jacarés, foi constatado que foram os primeiros tipos de peixes a ver suas populações reduzidas. As discussões sobre o uso e manejo das pescarias alertaram para a necessidade de repensar as atividades pesqueiras e assumir novos desafios para a conservação dos rios e lagos. Por exemplo, a quelonicultura (criação de tracajás e tartarugas) e a piscicultura com peixes amazônicos regionais foram amplamente discutidas entre os indígenas participantes nas oficinas de mapeamento pesqueiro. "Estamos interessados em criar e trabalhar com peixes e quelônios, como tracajá e tartaruga. Estabelecemos um tempo para marcar os lagos, onde funciona, onde podemos colocá-los" (Vitor Pereira Busã, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

A criação de peixe é uma preocupação nossa, porque os rios estão com pouco peixe. Mas algumas aldeias têm um poço perto, perto da moradia, então por enquanto a gente ainda tem isso. A gente também tá pensando num tipo de açude que fique perto de casa, aí tem uma reserva, uma defesa, pra poder cuidar, saber manejar, como utilizar. Não é só criar, tem que manejar aquele peixe também. Construir um açude na aldeia é uma coisa

importante, pra ter uma criação e uma preservação da floresta. Aproveitar pra plantar sementes ao redor do açude é algo importante também. Precisa ter bastante plantio na beira do açude — tem que plantar açaí, buriti — pra servir de alimento pros peixes. Eu acho que isso também contribui pros alunos entenderem como trabalhar com o manejo e como cuidar dos animais, nesse caso, os peixes. (Professor Itsairu, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

## 8. OS ENCANTADOS, AS METAMORFOSES E AS CANTIGAS PARA INVOCAR AS CRIATURAS AQUÁTICAS

(...) Peixes de escama, de espinho, de couro — cada um tem a sua terra. São paulistas, são cariocas, são pernambucanos... Eles vêm de longe pra passear aqui na nossa terra. Eles ficavam mais por causa daquela reza que eu te falei. Aquela reza é tão forte que já comunica com o *yuxibu*. Então, o peixe autoriza trazer eles pra ficarem no poço. (Agostinho Muru, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

Na concepção Huni Kuí, a floresta, as árvores, os rios, os lagos, os poços, os remansos e os barrancos estão cheios de espíritos que controlam os animais e penalizam os humanos, como: *hene yuxibu* (mãe da água ou espírito das águas, vive em todos os rios e igarapés; é a dona das águas e pode enfeitiçar as pessoas); *nuwa yuxibu* (espírito dos remansos ou poços profundos dos rios) e *mawa yuxibu* (espírito dos barrancos altos dos rios e igarapés) (Aquino, 1996, p. 4).

A estacionalidade dos peixes ou sua abundância é interpretada a partir de explicações míticas ou cosmológicas. Por isso, nas discussões sobre a pesca nos mapas, os indígenas falavam da mediação do xamã nas relações com certos espíritos que governam alguns seres aquáticos, como no caso dos cantos rituais para invocar os «chefes dos peixes» ou os «donos dos peixes», como a serpente grande, a raia, o jacaré e o poraquê (peixe elétrico), que atuam como agentes ecológicos na gestão e proteção dos peixes.

Onde há «donos dos peixes» costuma haver uma grande abundância de peixes; nesses casos, os «donos dos peixes» são considerados pelos Huni Kuí como indicadores biológicos. O rito de chamar os peixes é realizado por meio de cânticos (orações) nos quais as pessoas dão voltas durante toda a noite no ritual da *katxanawa*, e se a oração for forte, no ano seguinte haverá abundância de peixes: «tanta raia, serpente, jacaré, peixe elétrico, tudo o que existe no rio vem, porque no rio está o peixe agulha, ele é o presidente do rei dos peixes, onde quer que vá, ele o leva». (Agostinho Muru, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

(...) Tinha muitos velhos que, quando falecia alguém da família, eles faziam uma cantoria, que cantava um tal de *taka*, convidando todos os chefes dos peixes — que são os jacarés, as arraias, os porquês, esse peixe agulha que chamam — que são os reis das águas. Por onde eles vêm, eles convidam a turma deles. É ele que administra essas quatro espécies. Então, tem até uma música (...). Quando um parente morre, eles têm a música de chamar a caça, têm a música de chamar a cobra. Quando ele tá com muita raiva, porque algum filho dele faleceu, ele canta uma música chamando a cobra. Nesse ano, se não for todo mundo, a maior parte do povo vai ser picada de cobra. Se ele convida a caça, ele faz parte do *dua*. Se o *dua* morreu, ou o *bäu*, ele canta pra chamar as caças. Se o *inu inani* morrer, eles cantam pra convidar os peixes, pra naquele ano ter muita fartura de peixe. (Agostinho Muru, In: Gavazzi e Freschi, 2005).

A transformação é uma constante entre os Huni Kuï. Segundo o testemunho do xamã Agostinho, quando estávamos trabalhando no mapeamento da pesca, a rã canoeira, no verão, se transforma no peixe conhecido como bode de barriga branca (*Pterygoplichthys pardalis*). "Ele se transforma no verão. Porque ele é ovo de canoeiro. O canoeiro, na primeira ovada que ele bota, na primeira fragem, aquele ovo não vai virar sapo, vai virar bode de barriga branca. Esse peixe não vem de outra região, é daqui mesmo" (In: Gavazzi e Freschi, 2005). "Intercambialidade, transitoriedade, devir em ação, os seres se transformam de modo a ocuparem água, terra e céu" (Correia, 2023, p. 82).

Para Descola (1997, p. 248), essa faculdade de metamorfose presente em muitos povos indígenas da Amazônia é "atribuída a todos: os humanos podem tornar-se animais, os animais podem converter-se em humanos e o animal de uma espécie pode transformar-se em um animal de outra espécie". Diante disso, é fundamental considerar o sistema de representações, símbolos e mitos que as sociedades indígenas constroem, pois é através deles que interagem com o ambiente. "É também com essas representações e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo" (Diegues et al., 2000, p. 21).

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) no Brasil surgiram no Acre em 2004, durante oficinas realizadas de etnomapeamento. A partir de 2009, o governo do Acre incorporou o PGTA como política pública, e, em 2012, ele passou a fazer parte da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), com o objetivo de garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

No caso específico dos recursos pesqueiros, a atividade de mapeamento da pesca proporcionou aos Huni Kuĩ do município de Jordão as condições necessárias para discutir e refletir coletivamente sobre o problema da pesca e buscar soluções sustentáveis para a gestão compartilhada desses recursos, incorporando normas de uso, manejo e conservação em seu plano de gestão, como uma possível forma de administrar este importante recurso.

Os mapas elaborados pelos povos indígenas tornaram-se instrumentos fundamentais para o planejamento de atividades de gestão territorial e ambiental, pois é através do mapeamento das Terras Indígenas, das aldeias e de seu entorno, que se geram reflexões, debates e mobilizações comunitárias para implementar formas sustentáveis e organizadas de uso da terra e dos recursos naturais, em favor da proteção dos povos indígenas, da biodiversidade e de seus territórios. Nesse sentido, a cartografia indígena está presente em todo o processo de criação, sistematização e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Os mapas indígenas elaborados pelos próprios povos indígenas narram sua história de ocupação, apontam lugares sagrados e evidenciam que essas populações possuem formas próprias de classificar e nomear, não subordinadas à ciência ocidental nem à língua portuguesa.

As atividades de mapeamento constituem um exercício de reflexão sobre o planejamento e os usos do espaço em cada aldeia e seu entorno, proporcionando uma visão mais ampla por parte da comunidade. Trata-se de uma análise crítica do uso da terra e dos recursos naturais e agroflorestais que contribui para uma melhor compreensão de como as comunidades estão utilizando seus territórios.

Por serem os pontos mais relevantes de produção, ocupação, apropriação e extração de recursos, as aldeias constituem as unidades de produção dos mapas, uma vez que a territorialidade indígena se organiza, em grande parte, em torno das áreas de uso acordadas entre as comunidades. Essas zonas, por sua vez, estão profundamente imbricadas nas redes de relações sociais e na gestão do entorno, elementos que não podem ser compreendidos sem considerar os aspectos simbólicos associados aos mitos, rituais e práticas cerimoniais.

Ao definir estratégias de uso, gestão e conservação dos recursos naturais, também é necessário considerar a noção de «donos» dos recursos naturais, amplamente difundida na Amazônia. Um exemplo disso é o peixe agulha, considerado pelos Huni Kuĩ como o rei das águas, um ser sobrenatural com influência sobre as atividades pesqueiras, já que onde ele está presente, muitos peixes se encontram ao seu redor. Este é apenas um exemplo do

conjunto de crenças religiosas e mitologia que devem ser consideradas como “uma espécie de saber ecológico transposto, como um modelo metafórico do funcionamento do ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para que este se mantenha em um estado de homeostasia” (Descola, 1997, p. 224).

Os mapas são parte integrante dos processos de construção social e cultural, e são meios eficazes de comunicação com sua própria linguagem visual. São ferramentas fundamentais para a autodeterminação dos povos indígenas, ao representarem paisagens ambientais, políticas, culturais e socioeconômicas. O processo cartográfico permite a essas comunidades gerir e controlar seus territórios e recursos, ao mesmo tempo em que promove a proteção do meio ambiente, a segurança contra invasões e a melhoria das relações com seus vizinhos e com o Estado.

Atualmente, o mapeamento das três Terras Indígenas Kaxinawá do Jordão está sendo utilizado por 39 Agentes Agroflorestais Indígenas, atores sociais responsáveis pela gestão de suas terras e pela atividade de monitoramento ambiental, defendendo 107.480 hectares de floresta habitados por 3.164 pessoas, contra violações ambientais e de direitos humanos. Além de seu uso pelos agentes agroflorestais, esses mapas indígenas também são utilizados em atividades educativas pelos 96 professores indígenas e seus 1.235 alunos nas 36 escolas indígenas dessas terras.

A cartografia indígena contribui para um conhecimento mais profundo do território. Os anciãos (caçadores, pescadores, coletores), que conhecem detalhadamente o território, participam ativamente da elaboração dos mapas, juntamente com os jovens e, em alguns casos, com as crianças. Esse processo coletivo de construção cartográfica constitui um canal intergeracional de transmissão de saberes entre as gerações.

Cabe destacar que as atividades de etnomapeamento não se referem unicamente aos mapas em si, mas à ação de mapear, já que essas cartografias estão em constante transformação. Ou seja, fazem parte do processo contínuo de formação de agentes agroflorestais, docentes e monitores indígenas, e abrangem discussões sobre gestão territorial com outras Terras Indígenas. Os mapas elaborados coletivamente nessas atividades de formação são o resultado de discussões e reflexões indígenas que se materializam no papel em um momento determinado. No entanto, eles não são estáticos nem definitivos, mas sim o resultado de um processo contínuo de diálogo que envolve as comunidades indígenas, seus assessores, vizinhos e o Estado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ACRE. Agência Notícias do Acre. <https://agencia.ac.gov.br/acre-concentra-vasta-diversidade-de-povos-indigenas/>. Acesso em: 03 março de 2025.

AQUINO, T. **Classificação dos seres das águas**. Entrevista com Carlito Cataiano Neto, índio Kaxinawá. Rio Branco, 1996, mimeo.

AQUINO T y Iglesias, M. P. **Kaxinawá do Rio Jordão História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado**. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 1994.

BOLAÑOS, M. A. Estudio introductorio. In: (Coord. Bolaños, M. A. Schmidt, E. B.) **Las otras cartografías Etnografía de la experiencia indígena del espacio y el tiempo**. Secretaría de Cultura Instituto Nacional de Antropología e Historia, Ciudad del Mexico, 2023, p. 9 – 29.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O Comitê de Bacia Hidrográfica - O que é e o que faz? Agência Nacional de Águas, **Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos**, Volume 1, Brasília, 2011.

COBERTT, J. Buenas prácticas en cartografía participativa. Análisis preparado para el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, fida, Roma, 2009.

CORREIA, H. H. S. Antes o mundo não existia: mito escrito eco saberes. In: (Org.) CORREIA, H. H. S; VELDEN, F. V; ROCHA, H. R. **Humano e outro-que-humanos narrativas Amazônicas** - Perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e crítico. São Carlos, 2023, Editora De Castro, p 7 – 25.

DESCOLA, P. Ecología e Cosmología. En: (Org.) Castro, E. y Pinton, F. **Faces do Trópico Húmedo – Conceitos e questões sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPA, Belém, 1997, editora CEJUP, p. 243 – 261.

DIEGUES, A. C. (Org); ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B; Andrade, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Coordenadoria da Biodiversidade COBIO, Núcleo de Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras NUPAUB, Universidade de São Paulo, USP, Brasília, 2000.

FRESCHI, J. M. **Relatório da II Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia**. Projeto de Conservação Transfronteriza da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru), Subprojeto: Etnomapeamento em 8 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru, Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/Ac, Rio Branco, 2004, mimeo.

GAVAZZI, R. A. Indigenous Cartography in Acre – influencing Public Policy in Brazil – En: (Org.) Halder, Severin; Heyer, Karl; Michel, Boris; Greth, Silker; Baumgarten, Nico; Boos, Philip, Docweizer, Paul; Virchow, Laurenz; Lambio, Chiristoph. **This is not an atlas**, Düsseldorf, 2018, p. 112 – 117.

GAVAZZI, R. A. **Agrofloresta e Cartografia Indígena:** a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo -USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, São Paulo, 2012.

GAVAZZI, R. A. Uma experiência de gestão territorial nas Terras Indígenas do Acre. In: Tabebuia, (Org.) Almeida, M. I. **Índios, Pensamento, Educação**, Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2011, p. 236 – 249.

GAVAZZI, R. A. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígena do Acre.** Jornal página 20, Rio Branco, 2008.

GAVAZZI, R. A. y ALMEIDA R. A. de. Etnocartografia, uma Experiência com Mapeamento Participativo no Acre. In: **II Simpósio Internacional Caminhos da Cartografia na Geografia**, 2, 2010, São Paulo. Anais: Departamento de Geografia - Fflch/USP, São Paulo, 2010, p. 223 -233.

GAVAZZI, R. A. y FRESCHE, J M. **Depoimentos gravados durante as apresentações I** Oficina de Etnomapeamento das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência. Programa de Gestão Territorial e Ambiental, Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 2005, mimeo.

GAVAZZI, R. A. y RAMALHO, A. L. M. (Org.) **Plano de Gestão Territorial e Ambiental das três Terras Indígenas Kaxinawá do Jordão.** Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, e Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), Rio Branco, 2012.

HARLEY, J. B. () **La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía** (comp. Laxton, de Paul e introdução de Andrews J. H.), México, 2005, fce.  
HEIZER, R. F. Venenos de pesca. (Org.) Ribeiro, B. G. **SUMA Etnológica Brasileira – 1** Etnobiologia, 2º Petrópolis, Edição, Vozes, 1987, p. 95 – 99.

LAGROU, E. M. **Uma etnografia da cultura Kaxinawá entre a cobra e o Inca.** Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

PEARCE, M. W. y LOUIS R. P. Mapping Indigenous Depth of Place. American Indian Culture and Research Journal, **Mainstreaming Indigenous Geographies**, 2008, 32 no. 3, p. 107–126.

RAMALHO, A. L. SENA, V. O. (Org.) Nū hiwea, bestsa betsapa howeabu – Nossa biodiversidade, nossa vida. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 2017.

RESENDE, M. S. y GAVAZZI, R. A. (Org.) **Geografia Indígena.** Setor de Educação, Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC, Rio Branco, 1992.

TAVARES, R. A. **Relatório da I Oficina de Etnomapeamento das Terras Indígenas Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência.** Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor, Brasil/Peru, Subprojeto Etnomapeamento em 8 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru, Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC; Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC; Associação dos Povos Indígenas

do Rio Humaitá- ASPIRH e Associação da Cultura Indígena do Humaitá (ACIH), Rio Branco, 2005, mimeo.

WOODWARD D. y LEWIS M. G. Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian, and Pacific Societies. I: **The History of Cartography**, V.2, book 3, The University of Chicago, Chicago and London, 1998.

\*\*\*

